

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.618.411 - SC (2016/0206303-1)

RELATOR : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**
EMBARGANTE : **ROMELÂNDIA SILVESTRE PFUTZENREUTER**
ADVOGADOS : **MARCIO LOCKS FILHO - SC011208**
: **RAFAEL DOS SANTOS E OUTRO(S) - SC021951**
: **JOSÉ AUGUSTO PEDROSO ALVARENGA - SC017577**
EMBARGADO : **FAZENDA NACIONAL**

DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração opostos por **Romelândia Silvestre Pfutzenreuter**, em face da decisão de fls. 370/375, pela qual foi negado provimento ao recurso especial interposto pela **Fazenda Nacional**.

A parte embargante sustenta haver omissão, ante a ausência de majoração dos honorários advocatícios, na forma do art. 85, § 11, do CPC/2015.

Aberta a vista à parte embargada, essa não se manifestou (certidão de fl. 385).

É O BREVE RELATO.

Em melhor análise dos autos, noto que razão assiste à embargante ao afirmar a omissão quanto aos honorários recursais, porquanto o acórdão de fls. 282/286 foi publicado na vigência do CPC/2015 e, desse modo, devem ser majorados os honorários em grau recursal.

Assim, **acolho** os embargos declaratórios para sanar a omissão apontada e fazer constar na parte dispositiva da decisão o seguinte: "Ante o exposto, **nego provimento** ao recurso especial. Levando em conta o trabalho adicional realizado em grau recursal, impõe-se à parte recorrente o pagamento de honorários recursais equivalentes a 20% (vinte por cento) do valor a esse título já fixado no processo (art. 85, § 11, do CPC/2015)".

Publique-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator

